



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 002-E-2023

EXPEDIENTE

04/04/23

RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002-E-2023, que *“Altera a redação do §6º, revoga §9º e acrescenta o §10 ao art. 159-A da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete.”*, de autoria do Executivo Municipal, vem a esta Comissão para emissão de parecer sobre a sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade, em conformidade com o art. 89, inciso I, alíneas “a” e “b”, do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica em análise altera a redação do §6º, revoga §9º e acrescenta o §10 ao art. 159-A, que disciplina regras às Emendas Parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

A proposta encontra-se acompanhada de justificativa, fls. 03, documentos de fls. 04/06, que contém a emenda nº 01 e os documentos de fls. 07/08, tendo o autor alegado que a presente tem por objetivo adequar a redação da LOM no que se refere às emendas impositivas aos dispositivos da Legislação infraconstitucional, tendo como parâmetro a Portaria interministerial nº 43, de 4 de fevereiro de 2020.

A proposta em questão, em relação à competência, está devidamente amparada pelo inciso II do § 1º, do art. 202 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete. Quanto à questão relativa à iniciativa, esta também não apresenta vícios.

Após análise, a Procuradoria do Legislativo, apresentou parecer (fls. 09/14) no qual considera o projeto regular, tendo ainda apontado a necessidade de receber emendas de técnica legislativa, o que esta comissão entendeu por bem em acatar para melhor adequação do projeto, as quais acompanham este parecer.

Assim, dentro dos limites que competem a esta comissão emitir parecer, concluímos pela constitucionalidade e legalidade da proposição em tela, por se mostrar compatível com o ordenamento jurídico vigente e não apresentar vícios que impeçam a sua regular tramitação.

No mérito, deverá se pronunciar o plenário.

-29-MR-2023-10:19-04464-1/2

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA À PROPOSTA DE
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 002-E-2023**



CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, nos termos do art.117, §2, inciso 1, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa Legislativa, concluímos pela inexistência de óbice para a tramitação regimental do presente Projeto de Lei Complementar, pelos motivos acima expostos.

Esta comissão apresenta à Proposta de Emenda à lei Orgânica nº 002-E-2023, 04 (quatro) emendas de técnica legislativa.

SALA DAS COMISSÕES, 27 DE MARÇO DE 2023.

VEREADOR JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE

VEREADOR PEDRO AMÉRIO DE ALMEIDA

VEREADOR EUSTÁQUIO CÂNDIDO DA SILVA



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 002-E-2023



SUBEMENDA Nº 01 À EMENDA Nº 01 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002-E-2023

O artigo 1º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - O §6º do art.159-A da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 159-A -.....

(.....)

§6º-.....

I - em até 60 (sessenta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo deverá receber as indicações referentes às programações incluídas por emendas individuais, contendo, no mínimo, o número da emenda, o nome do parlamentar, o nome do beneficiário, e o respectivo valor, com observância do percentual destinado às ações e serviços públicos de saúde, e a indicação da ordem de prioridade de cada emenda;

II - em até 60 (sessenta) dias após o término do prazo previsto no inciso I do §6º do caput deste artigo, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, de forma detalhada, as justificativas de impedimento;

III - em até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso II do §6º do caput deste artigo, o Poder Legislativo indicará, ao Poder Executivo, o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - em até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso III do §6º do caput deste artigo, o Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.

EMENDA Nº 2 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002-E-2023

O artigo 2º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

" Art. 2º - O art. 159-A da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete passa a vigor acrescido do §10 com a seguinte redação:

"Art. 159 -A -.....



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA À PROPOSTA DE
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 002-E-2023**



(.....)

§10 - Os conceitos de impedimentos de ordem técnica serão definidos pela legislação ou regulamentados pelo Poder Executivo mediante decreto".

EMENDA Nº 3 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002-E-2023

O artigo 3º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação."

EMENDA Nº 4 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002-E-2023

O artigo 4º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º - Fica revogado o §9º do art.159-A da Lei Orgânica Municipal."

SALA DAS COMISSÕES, 27 DE MARÇO DE 2023.

VEREADOR JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE

VEREADOR PEDRO AMÉRIO DE ALMEIDA

VEREADOR EUSTÁQUIO CÂNDIDO DA SILVA